

política

As vitórias de Bush

À beira de uma eleição e cinco anos após o 11 de Setembro, em meio a pesados ataques, o presidente norte-americano obtém avanços no Congresso e mantém sua perigosa política antiterrorista

Armando **Sartori**

Passados cinco anos desde os atentados de 11 de setembro de 2001, o local onde ficavam as torres gêmeas do World Trade Center ainda permanece uma enorme cratera na parte sul de Manhattan (imagem acima). Há pouco mais de dois anos foi lançada ali a pedra fundamental da chamada Torre da Liberdade, um dos edifícios planejados para recompor a área. Só em março deste ano, no entanto, as obras começaram – os operários, no entanto, trabalham em ritmo lento, parece que à espera de uma definição para o conjunto da solução. Assim, a construção da Torre da Liberdade pode terminar só em 2012.

Essa situação é bastante diferente da imaginada logo após o atentado, quando se tinha a impressão que o clima de solidariedade com os familiares das mais de 3 mil vítimas levaria a cidade de Nova Iorque a rapidamente erguer novas e grandiosas estruturas, numa espécie de resposta afirmativa aos ataques. Mas, disputas entre lideranças políticas, familiares das vítimas, investidores imobiliários e a Autoridade de Porto de Nova Iorque e Nova Jersey, proprietária da área, produziram um cenário de indefinição – uma parte dos familiares,

por exemplo, queria que o local fosse deixado como está, para que a cratera se tornasse o símbolo da tragédia. Dessa forma, até mesmo o memorial planejado para homenagear as vítimas só começou a ser construído em meados de agosto passado.

350 mil bandeiras De certa forma, a polêmica sobre o que fazer com o Ground Zero – como o local passou a ser chamado – parece refletir o clima em torno da resposta do governo do presidente George W. Bush aos ataques terroristas. No momento seguinte aos atentados, quando o presidente tomou as primeiras atitudes, apontando Osama bin Laden como responsável pelas ações e iniciando uma forte onda repressiva interna – voltada principalmente contra estrangeiros, em especial os de origem árabe e/ou pessoas adeptas do islamismo – o país parecia unido em torno dele. A cadeia Wal-Mart, por exemplo, vendeu entre 11 e 12 de setembro de 2001 mais de 350 mil bandeiras do país. Nessa época, a aprovação do governo Bush foi às alturas – chegou a mais de 90%. Hoje, após as guerras e ocupação do Afeganistão e do Iraque e com a revelação

da existência de uma rede internacional de prisões secretas administradas pelas forças norte-americanas – nas quais a prática de torturas de suspeitos de terrorismo, os chamados “inimigos combatentes” não foi incomum –, a popularidade de Bush caiu à metade e as críticas à sua política antiterrorista tornaram-se correntes.

Seu pronunciamento de dezessete minutos, feito para marcar os cinco anos dos atentados, foi alvo de críticas ácidas. “O presidente deveria estar envergonhado por usar um dia de luto para fazer um discurso escrito para buscar apoio para uma guerra no Iraque que ele admite não ter relação com o 11 de Setembro”, disse o senador democrata Edward Kennedy. Tal tipo de ataque é perfeitamente compreensível se se levar em conta que em novembro próximo serão realizadas eleições parlamentares nos EUA e que os democratas vêem nelas a oportunidade de retomar o controle do Congresso, que passou inteiramente para as mãos dos republicanos nas eleições de 2004 – atualmente, na Câmara dos Representantes, há 232 cadeiras ocupadas por republicanos, 202 por democratas e uma por um independen-

te; no Senado, são 55 assentos ocupados por republicanos, 44 por democratas e um por um independente. Esse foi apenas um dos torpedos desferidos contra Bush ao longo do mês de setembro. No entanto, em grande parte ele parece ter conseguido, mesmo diante de tais críticas, fazer avançar sua política antiterrorista. Foi o caso envolvendo a Agência de Segurança Nacional, que, segundo denúncia do *The New York Times*, vinha realizando vigilância eletrônica de norte-americanos residentes no país sem mandado judicial e sem autorização do Congresso, as únicas possibilidades consideradas legais para esse tipo de ação. O argumento do governo Bush era de que o grampeamento telefônico e de e-mails é legal porque a Constituição prevê que, na qualidade de comandante-em-chefe das Forças Armadas, o presidente tem autoridade para autorizá-lo com o objetivo de obter informações endereçadas ao inimigo externo.

“Lei da tortura” De qualquer forma, Bush tratou de, pelo menos em relação ao Legislativo, garantir-se: ele obteve da Câmara dos Representantes, no final de setembro, a aprovação de um projeto de lei autorizando tal prática. Se o projeto passar pelos senadores sem emendas, para continuar a ordenar o grampeamento, o presidente não necessitará de ordem judicial – precisará apenas informar o Congresso e os líderes das bancadas partidárias da maioria e da minoria, baseado na suposição de que um ataque é iminente. Além dos objetivos da escuta, o Executivo precisará apontar o nome dos grampeados e o das supostas organizações suspeitas. A vigilância poderá ocorrer por até 90 dias, com possibilidade de renovação a pedido do presidente. Outra vitória no campo legislativo foi a aprovação da Lei 3.930 ou Ato das Comissões Militares de 2006, ou ainda, “lei da tortura”, como muitos a denominam, ocorrida igualmente no final de setembro. No início do mês, num pronunciamento televisionado, Bush admitiu a existência de uma rede de prisões secretas comandada pela Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) e anunciou a transferência de quatorze supostos comandantes da Al Qaeda, que estariam de-



tidos nessa rede, para a Base de Guantánamo. Na ocasião, Bush estava sob pressão de uma decisão da Suprema Corte, que no final de junho passado rejeitou a alegação de que os poderes conferidos ao presidente em tempos de guerra permitiriam que ele colocasse de lado os termos da Convenção de Genebra relativos ao tratamento dispensado a prisioneiros e estabelecesse um sistema de tribunais militares à parte da lei. Assim, a Suprema Corte invalidou a ordem de Bush emitida em novembro de 2001 que autorizou as chamadas “comissões militares” a julgar cidadãos estrangeiros por crimes de guerra fora dos termos das garantias constitucionais. Sob as regras de tais comissões, os réus podiam não assistir a seus próprios julgamentos, o acesso a provas podia ser negado a eles e havia pouca chance de apelação das sentenças. A existência de uma rede clandestina de prisões foi denunciada no começo deste ano pelo senador suíço Dick Marty, que liderou as investigações realizada pelo Conselho da Europa, uma organização com 46 Estados membros, que tem entre seus objetivos promover a democracia e os direitos huma-

nos. Na ocasião, quando divulgou um relatório preliminar, ele disse que havia “evidências coerentes e convergentes” que indicavam a existência na Europa de um sistema de tortura que envolvia agentes norte-americanos. Disse também que era “altamente improvável” que os governos europeus – ou ao menos seus serviços de inteligência – não desconhecêssem que mais de 100 pessoas haviam sido ilegalmente presas ou seqüestradas e enviadas para terceiros países. Cerca de seis meses mais tarde, o relatório final de Marty não somente confirmou suas impressões iniciais, como também afirmou que ao menos quatorze governos europeus foram cúmplices, em graus variados, de violações dos direitos individuais: dos suspeitos, entre os quais Reino Unido, Alemanha, Itália, Suécia, Bélgica e Espanha. Ele apontou também o funcionamento, por um período não determinado, de centros secretos de detenção e interrogatório na Romênia e Polônia (cujos governos negaram a acusação). Em resposta à denúncia a secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, disse que o transporte de suspei-



Matthew Cavanaugh / Efe

tos de terrorismo capturados para terceiros países – “onde eles podem ser questionados, detidos ou enviados à Justiça” – é praticado pelos EUA e outros países há décadas. Segundo ela, trata-se de algo perfeitamente legal. Marty, no entanto, disse que depois do 11 de Setembro os suspeitos capturados passaram a ser detidos indefinidamente, à margem de qualquer sistema judiciário e sem qualquer proteção quanto às violações de seus direitos humanos. “Ficou claro agora que as autoridades em muitos países europeus participaram ativamente com a CIA dessas atividades ilegais”.

“Tábua de afogamento” Entre o 11 de Setembro e a data da aprovação da lei das comissões militares, Bush argumentou que não precisava de aprovação legislativa para se utilizar de práticas que, diante dos padrões costumeiramente defendidos pelos governos norte-americanos quando se referem a governos como os do Irã, Coreia do Norte e outros, com os quais mantêm relações hostis, são de arrepiar. Segundo o analista Paul Krugman, uma reportagem da rede *ABC News* afirmou que “os procedimentos utilizados pe-

los interrogadores da CIA incluíam obrigar os prisioneiros a “ficar de pé, algemados e com os pés presos a um anel metálico no chão por mais de 40 horas”. Eles também obrigaram os interrogados a permanecer em pé, nus, num ambiente cuja temperatura girava em torno de 10°C, enquanto eram molhados com água fria. A *ABC News* mencionou também a “tábua de afogamento”, na qual “o prisioneiro é amarrado a uma tábua inclinada, com os pés elevados e a cabeça ligeiramente abaixo da altura dos pés”, enquanto “seu rosto é enrolado em papel celofane e é jogada água sobre ele”, com o objetivo de levá-lo a um estado de “aterrorizante medo de afogamento”. Em suma, trata-se de tortura, pura e simples. De acordo com Krugman, “a desculpa de ‘algumas maçãs poderosas’ não se aplica, pois são táticas aprovadas oficialmente”.

Até que ponto essas práticas podem ter sido legalizadas com o Ato das Comissões Militares? Um resumo publicado pela *Folha de S. Paulo* logo após a votação da Câmara dos Representantes que aprovou a lei dá uma idéia. Em primeiro lugar, o texto aprovado reconhece que foram utilizadas méto-

O Congresso aprovou o Ato das Comissões Militares (acima, manifestação durante votação em comissão do Senado). Além de não garantir o fim da tortura praticada contra os detidos por terrorismo, ele legalizou o julgamento de estrangeiros por tribunais militares e permite a prisão de norte-americanos até por contribuírem para instituições de caridade

dos como os descritos por Krugman ao validar confissões obtidas até dezembro de 2005 com sua utilização – e ao tornar imunes a punições os funcionários norte-americanos acusados de as terem praticado até essa data. Como é óbvio, a nova lei tornou legal o julgamento dos chamados “combatentes inimigos” pelas comissões militares, desde que não sejam cidadãos norte-americanos. E deu ao presidente o poder de definir quem é combatente inimigo – segundo Bruce Ackerman, professor de direito e ciências políticas da Universidade de Yale, podem ser enquadrados nessa categoria até mesmo cidadãos norte-americanos, mesmo que jamais tenham saído do país. Para isso basta, por exemplo, que as

autoridades considerem que o indivíduo “intencionalmente e materialmente tenha apoiado hostilidades contra os EUA” – como no caso em que essa pessoa simplesmente tenha doado dinheiro para organizações de caridade no Oriente Médio.

O texto legal proibiu que a Convenção de Genebra seja desrespeitada “gravemente” – e definiu como “desrespeito grave” tortura, estupro, experimentos biológicos, tratamento cruel e desumano. Mas deu ao presidente o poder para definir quais métodos de interrogatório são aceitáveis (eles não podem causar danos físicos “sérios”) sem que necessite torná-los públicos. Em resumo, a lei – que o diário *The New York Times* classificou de “tirânica” em editorial – não parece garantir que as práticas aceitas até o final do ano passado não se repitam.

Essas e outras restrições às liberdades civis foram apresentadas como medi-

das necessárias para prevenir as ameaças terroristas. Mas hoje, há quem considere que elas têm pouco peso nesse sentido. Segundo David Cole (*The New York Review of Books*, 13/6/2006), com base nelas foram fichados e tiveram suas impressões digitais registradas nada menos de 80 mil pessoas; outras 8 mil foram detidas e interrogadas; e outras 5 mil foram detidas e indiciadas – basicamente, árabes ou descendentes e muçulmanos. Os pretextos utilizados para deter e processar essas pessoas foram, no geral, violações das leis de imigração, fraude de cartão de crédito e falsos depoimentos.

O FBI também, emitiu anualmente desde a época dos atentados 30 mil “cartas de segurança” – cujos destinatários são proibidos de comunicar a qualquer um seu recebimento – instrumentos que não admitem revisão judicial e com os quais a polícia federal norte-americana requer que empresas de Internet, de te-

lecomunicações e instituições financeiras coloquem à sua disposição informações sobre seus clientes.

Tais medidas, no entanto, não levaram ninguém a ser processado por crime de terrorismo. Segundo o diário *The Washington Post*, mencionado por Cole, somente em 39 dos casos houve sentenciamento sob acusações relacionadas a terrorismo. Mas, mesmo assim, a maioria dos réus foi condenada apenas por alegada associação ou apoio a grupos terroristas. Segundo pesquisa citada por Cole, a sentença

No final de setembro, dezenas de pessoas morreram em ataques ocorridos em Bagdá: somente num atentado cometido num bairro de predominância xiita, 34 morreram quando se encontravam numa fila para comprar querosene, em vingança de grupos sunitas (abaixo, enterro de vítimas do atentado)

Reuters



média dada nos casos relacionados com “terrorismo” pelo Departamento de Justiça nos primeiros dois anos após o 11 de Setembro foi de somente 40 dias. De acordo com o Centro sobre Lei e Segurança da Universidade de Nova Iorque, igualmente mencionado por Cole, “a guerra legal ao terrorismo obteve pouco resultado visível”. Para a instituição, “não tem havido quase condenações no caso das acusações refletindo crimes perigosos”. Ao que parece, a única condenação criminal por ação terrorista desde o 11 de Setembro foi a de Richard Reid, o britânico que, em dezembro de 2001, foi capturado durante um voo entre Paris e Miami no momento em que, aparentemente, tentava montar uma bomba com material explosivo que levava em seus sapatos. Nesse caso, no entanto, a prisão de Reid – que foi condenado à pena de prisão perpétua por uma Corte federal de Boston – se deu não devido às novas medidas impostas pelo governo norte-americano, mas sim a seu comportamento no interior do avião – ele tinha os sapatos no colo e tentava acender um palito de fósforo quando foi surpreendido por uma aeromoça.

A atuação das forças norte-americanas no Afeganistão e no Iraque também não escapam a críticas. O primeiro caso, na avaliação da revista britânica conservadora *The Economist* – que apoiou decididamente as duas intervenções bélicas – pode ser vista como um meio sucesso, uma vez que o regime do Talibã foi deposto e em seu lugar foram colocados aliados dos EUA, que confirmaram sua presença no poder por meio de eleições. Mas a situação ainda é muito instável e é duvidoso que o novo regime consiga se manter em pé sem as forças estrangeiras. Só na última semana de setembro, pelo menos 32 pessoas morreram e perto de 70 foram feridas em três atentados, dois dos quais em plena capital, Cabul. Pelo menos dois desses ataques foram reivindicados pelas milícias do Talibã.

Em razão desse clima de alta insegurança os ministros de Defesa da OTAN resolveram, num encontro realizado recentemente no balneário de Portoroz, na Eslovênia, expandir suas operações no país, elevando o contingente militar de 20 mil para 32 mil homens. Esses 12 mil soldados extras atuarão no leste

afegão, onde a resistência às forças do governo e de ocupação aumentou. No caso do Iraque, o quadro é ainda pior, uma vez que a deposição de Saddam Hussein há pouco mais de três anos e a instalação de um novo regime criaram uma situação bem mais complexa que a do Afeganistão. Nos últimos dias de setembro – que coincidiram com o feriado do Ramadã, que ocorre no nono mês do calendário muçulmano – a violência cresceu a tal ponto que um porta-voz do Exército dos EUA disse que o número de ataques suicidas foi o maior desde a invasão do país, em 2003. Num período de apenas 24 horas, no final do mês, nada menos do que 35 corpos foram encontrados em plena capital iraquiana, Bagdá, estrangulados, torturados ou vítimas de tiros. E, na mesma ocasião, militantes sunitas responsabilizaram-se pelo assassinato de pelo menos 34 pessoas num bairro de predominância xiita, no momento em que estavam numa fila para comprar querosene. O ataque foi uma vingança pela motivado pela morte de vários sunitas por esquadrões da morte xiitas, disseram os sunitas.

“Grande trabalho” O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, tem sido um dos alvos constantes dos ataques dirigidos às intervenções militares no exterior. Não foi diferente quando se tratou da ampliação da permanência de soldados norte-americanos em território iraquiano, anunciada em setembro pelo general John Abizaid, comandante militar norte-americano na região. Segundo ele, não haverá cortes no número de soldados até pelo menos meados do ano que vem.

Apesar das críticas, Rumsfeld é amplamente apoiado por Bush que, durante encontro com o presidente do Afeganistão, Hamid Karzai, em Washington, disse: “minha avaliação definitiva é a de que Donald Rumsfeld fez um grande trabalho”. Para dar andamento às tarefas militares no Iraque e no Afeganistão, Rumsfeld recebeu do Congresso a aprovação de uma verba suplementar de US\$ 70 milhões para o Orçamento da Defesa do ano fiscal de 2007, que cresceu para nada menos de US\$ 448 bilhões (recorde histórico, equivalente a mais da metade do PIB brasileiro de 2005).

Mas, nem o aumento das restrições à liberdade de norte-americanos e estrangeiros que vivem nos EUA, nem as ações clandestinas realizadas em conluio com governos de outros países, nem as ocupações de Afeganistão e Iraque, ao contrário do que vivem repetindo Bush e seus amigos, produziram um “mundo mais seguro”. Prova disso é que desde o 11 de Setembro até abril deste ano o número de atentados terroristas alcançou 18 mil e o de vítimas, mais de 30 mil. Em média, foram mais de 10 atentados com 18 vítimas diariamente. O número de mortos, que foi de mais de 4,5 mil em 2001 (dois terços dos quais em razão do 11 de Setembro), caiu para menos de 3 mil nos dois anos seguintes, mas subiu constantemente desde então, atingindo quase 8,4 mil no ano passado e 7,3 mil até abril deste ano.

A explicação para essa alta recente, ao menos em parte, parece estar no estudo produzido por especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) a pedido do Conselho de Segurança. De acordo com o relatório divulgado em setembro, a guerra do Iraque não só serviu para fortalecer a Al Qaeda – que ocupa papel central na resistência oferecida pelos chamados “insurgentes” – como serviu de inspiração para os atos do Talibã no Afeganistão (o estudo menciona como indício da ligação concreta entre os grupos de resistência nos dois países o fato de “novos explosivos serem usados no Iraque e um mês depois aparecerem no Afeganistão”).

Não foi só a ONU que chegou a tais conclusões. O relatório secreto intitulado “Tendências no terrorismo global: implicações para os EUA”, produzido por agências de inteligência do próprio governo norte-americano, que teve trechos divulgados pelo *The New York Times*, vai na mesma direção ao afirmar que “a guerra no Iraque provocou um aumento do recrutamento de terroristas em todo o mundo”. O relatório diz ainda que “o conflito se transformou numa causa para os seguidores da *jihad*, alimentando um profundo ressentimento contra o envolvimento dos Estados Unidos no mundo muçulmano”.

Até mesmo um aliado de Bush, o presidente do Paquistão, Pervez Musharraf,

bateu nessa mesma tecla. Durante entrevista à rede *CNN*, o dirigente paquistanês – que lançou em setembro um livro no qual relata que um assessor de Bush com quem esteve após o 11 de Setembro disse que seu governo deveria “colaborar ou ser bombardeado até voltar à idade da pedra – disse que a guerra do Iraque “certamente levou o mundo a ter mais extremistas e terroristas”. “Não, não estamos mais seguros”, disse ele sorrindo diante das câmeras.

E a própria população iraquiana tem a mesma sensação: os resultados de uma sondagem feita pelo Departamento de Estado dos EUA, divulgados pelo *The Washington Post*, mostram que, em média, exceto nas áreas de predominância curda, cerca de 60% dos 1.870 entrevistados, se sentiriam “mais seguros” se as tropas de ocupação deixassem o país. No caso das áreas curdas, esse índice cai para apenas 6%. Mas, quando se trata dos habitantes de Bagdá, sobre para 75%.

A condução do combate ao terrorismo

O presidente do Paquistão, Musharraf (abaixo, à esq., com Bush e o presidente do Afeganistão, Karzai), também é dos que não acham que “estamos mais seguros”, como diz o presidente norte-americano. Em entrevista, o paquistanês disse que a guerra do Iraque “certamente levou o mundo a ter mais extremistas e terroristas”

pelo governo Bush, tão criticada em vários de seus aspectos, faz parte de uma política mais geral que, em essência, é apoiada também pelos seus adversários do Partido Democrata. Embora os democratas em geral critiquem a forma como Bush conduz a guerra do Iraque – em especial a estratégia desenvolvida por Donald Rumsfeld – eles apóiam a intervenção militar no Oriente Médio.

Na introdução de seu livro *O século 21, socialismo ou barbárie* (Boitempo, 2003), editado meses antes da invasão do Iraque, o filósofo húngaro István Mészáros escreveu que o presidente democrata Bill Clinton “adotou a mesma política de seu sucessor republicano [George W. Bush], mesmo que de forma mais camuflada. Quanto ao [então] candidato democrata à Presidência, Al Gore, ele declarou recentemente que apoiava sem reservas a planejada guerra contra o Iraque porque tal guerra poderia significar não uma ‘mudança de regime’ mas somente ‘o desarmamento de um regime que possui armas de destruição em massa’”.

Partido da propriedade Num artigo publicado na revista mensal marxista *Monthly Review* (setembro de 2006), Mészáros lembra ainda que o primeiro presidente norte-americano que bombardeou o Afeganistão foi Clinton. E que o candidato presidencial democrata em 2004, John Kerry, disse na época

da campanha que “os norte-americanos diferem sobre se e como devemos ir à guerra. Mas, seria impensável agora retirarmos-nos e deixarmos para trás uma sociedade em profundo conflito e dominada por radicais”.

Para confirmar essa impressão, em setembro, durante um programa de TV, Clinton disse, ao responder a uma pergunta provocativa do entrevistador, que se ainda fosse presidente, “teríamos mais de 20 mil homens lá fora tentando” matar Bin Laden. Clinton falou, obviamente, de forças norte-americanas atuando em outros países. E também de execução – não prisão e julgamento – de Bin Laden.

É por essas e outras razões que Mészáros cita no artigo da *Monthly Review* o escritor e crítico Gore Vidal, que costuma dizer, como na entrevista concedida ao mensário *The Progressive* (http://www.progressive.org/mag_intv0806) que os EUA têm “somente um partido – o partido da propriedade”. “É o partido do dinheiro, o partido das grandes corporações”, diz ele, que tem “duas alas direitas: uma é democrata e a outra, republicana”.

Mészáros parece ver o esforço de Bush para criar novas formas legais para sua política antiterrorista como parte da tentativa do Estado norte-americano de obter e reter o controle sobre o sistema capitalista global. Mas, diz ele, isso tem um custo material e humano que “precisa ser pago de uma forma ou de outra”, o que traz consigo “imensos perigos e implica resistência, não somente internacionalmente mas também internamente”. Assim, “por essas razões, com o objetivo de manter o controle autoritário sobre o sistema do capital como um todo, sob as condições de uma profunda crise estrutural, inseparável da globalização capitalista em nosso tempo, as manifestas tendências autoritárias precisam se intensificar não somente no plano internacional mas também dentro dos países imperialistas dominantes, no sentido de subjugar toda provável resistência”. Dessa forma, diz ele, “as graves violações de constitucionalidade que temos visto nos EUA e na estrutura político-legal de seus aliados próximos (...) são claras indicações dessa tendência perigosa, sob o impacto da crise estrutural do capital”. ■



Jim Young / Reuters